

GUIMARÃES ROSA E A NOMADOLOGIA: TRÊS TEMPOS DE UMA HISTÓRIA

*Rogério Reis Carvalho Mattos**

Resumo: Utilizando do conceito de “máquina de guerra nômade”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, analisar de forma sintética, a partir dos movimentos autóctones narrados no “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, as forças exteriores, aquém ou além do Estado, inserido dentro dele ou não, que lutaram consciente ou inconscientemente pela soberania nacional, através de passagens no Império, na República pré-64 e no Brasil dos dias atuais. Colocar o romance de GR como síntese das forças políticas que atuavam no país antes do golpe, mostrando suas raízes no Império e que se desenvolveram até a nossa década.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; ditadura; movimentos sociais; império; república.

Abstract: Using the concept of “nomad war machine”, from Gilles Deleuze and Félix Guattari, it analyzes synthetically, from the autochthon movements described in “Grande Sertão: Veredas”, from Guimarães Rosa, exterior forces, below or above the State, insert or not in its own, that fought willingly or not for the national sovereignty, through passages in the Empire, in the Republic before 1964 and in Brazil in nowadays. It situates Guimarães Rosa’s romance as a synthesis of the political forces that actuated in the country before the *coup d’état*, showing its roots in the Empire and its development until our decade.

Keywords: Guimarães Rosa; dictatorship; social movements; empire; republic.

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rogerio_mattos@hotmail.com.

A história do romance

É no Segundo Reinado que se inicia o fortalecimento das instituições nacionais e se estabelece uma ampla consolidação da soberania brasileira dentre todo o seu território.

Do início da década de 40 até 1848 foi um período difícil para nosso Estado. Uma imensa fileira de insurrectos em Pernambuco, rebuliço na capital do Império frente ao avanço dos Conservadores, a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Na realidade, a transição para independência, a instituição da regência, o fardo da escravidão, entre outros fatores, quase fragmentaram o país em pequenos pedaços. Do Rio Grande ao Maranhão, da Farroupilha à Balaiada, o Brasil agitava-se nas dores extremas do parto.

O governo, procurando assemelhar-se ao parlamentarismo inglês, mas extremamente dependente de uma força capaz de unir interesses tão diversos no país que mal iniciara sua caminhada de nação livre, o poder do imperador se fez valer como nunca antes, poucos anos depois da subida ao trono do ainda jovem monarca. Vale lembrar o decreto de 1847 que criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, equivalendo ao cargo de Primeiro Ministro.

A atitude firme do imperador, apesar das enormes dificuldades enfrentadas pelo sistema político do país nascente, garantiu, ainda que sob mãos de ferro, uma relativa alternância de poder entre liberais e conservadores, se bem que ainda longe do modelo que inúmeras vezes os homens públicos brasileiros procuraram imitar das nações consideradas mais evoluídas. Com o Regresso, o qual garantiu a tomada de posse pelo jovem príncipe, o país entrou em ebulição novamente, reeditando o período conturbado da Regência. As revoluções liberais de 1842 agitaram os grandes proprietários da região sudeste, causando um clima de pânico nas esferas próximas ao poder. A Praieira, em 1848, marca o fim das revoltas mais conhecidas, assim como o ciclo revolucionário pernambucano iniciado com a expulsão dos holandeses.

Para prosseguir, quero fazer uma rápida incursão pelo pensamento dos descobridores da América, com o intuito de chegar a um paralelo entre o pensamento e atitudes políticas no Brasil oitocentista (adesistas ou não à monarquia) e o Romantismo no país. Farei uma breve leitura, na verdade um pequeno corte, em “Visão do Paraíso”, de Sérgio Buarque de Holanda.

No início, o que moveu os expedidores europeus à busca de ouro e pedras preciosas na América, fora a ambição natural de cada homem e – por que não? – a alimentando, foram principalmente os mitos e lendas. Estes, originários muitas vezes da Bíblia ou remontando à Antiguidade ou a narrativas orais ou escritas de diversas espécies e origens, eram modificados por cronistas da época ao sabor dos acontecimentos e dos desejos dos homens de então. No caso do Brasil, passaram mais de dois séculos até a confirmação da existência de riquezas em abundância no interior do país.

Mesmo com a descoberta anterior nas terras de Castela a fantasia foi o que moveu aqueles colonos. Tendo os portugueses criado ou não as lendas, foram por elas movidos, pois a confirmação de achados lá não necessariamente presumia os daqui (num mundo onde as distâncias eram tão grandes, a fantasia era quem as reduzia, como no caso das terras peruanas que ficariam às margens do sertão nordestino, segundo o imaginário popular). O ouro espanhol pode ter recrudescido as buscas, mas dificilmente se tornou seu motivo principal.

Caberia aqui perguntar se apenas a procura da Coroa por joias e ouro, no intuito de enriquecer o reino, ou seja, por motivos meramente políticos e econômicos, seriam capazes de levar tantos e por tão longo tempo a esse objetivo. Se não couber também uma outra, a de que a própria casa real foi ou não embalada nos mesmos sonhos retirados do afã renascentista. Esquecendo os monarcas, fica do mesmo modo passível de comprovação se somente o “ouro do sertão” era a busca daquelas gerações (patrocinadas ou não pelo Reino), ou se as diversas maravilhas

edênicas, como a da ilha repleta de amazonas, não foram algo que aqueles homens procuravam realmente encontrar.

A Natureza é, em suma, “o livro da Natureza”, escrito por Deus e, como a Bíblia, encerra sentidos ocultos, além do literal. Até a razão discursiva, feita para uso diário, deixa-se impregnar, não raro, da influência do pensamento mítico, e entre os espíritos mais “realistas” encontram-se as marcas dessa atitude, que traz no bojo um sentimento vivo da simpatia cósmica. (Holanda, 2004, p. 66).

Apesar de Sérgio Buarque não se aprofundar no que diz respeito às crenças dos reinóis, no seu fundamento puramente religioso, não estaria por detrás das visões endêmicas da América o desejo de fundar definitivamente aquele *Paraíso Terreal*, o Reino de Cristo na Terra? Ao invés de conquistar Jerusalém, sua rota se deslocaria para o Ocidente, onde, navegando por um dos afluentes que provinham diretamente do Éden (Nilo, Ganges; depois São Francisco, Amazonas – como chegaram a pensar os conquistadores e aventureiros), conquistariam definitivamente a cidade santa, instaurando enfim, sob os escudos da coroa lusitana, o reino de glórias prometido por Jesus.

O mito da Cidade Santa teve seu aparecimento com o povo judeu. Buscavam, premidos pelas necessidades inerentes a escravidão, uma cidade de glórias aonde poderiam se tornar soberanos. Com o advento do Cristo, o reino celeste passa a “não ser deste mundo”. Mas a afirmativa segundo a qual nosso planeta nunca irá se transformar num Éden é interrompida pela revelação do “dia do juízo final”.

À idealização da Colônia do Sacramento, se nos limitarmos à análise do imaginário social, podemos atribuir conotações escatológicas, como a edificação, na realidade, de um “mito das origens” ou a concretização do paraíso terrestre baseando-se na simbologia dos sacramentos eucarísticos. Não houve tal engenho por parte dos portugueses na ocupação do Maranhão ou da

Amazônia, de Sergipe ou do Rio Grande do Norte. O Rio da Prata foi o aglutinador das “visões” dos colonizadores, concretizando o ideal numa cidade sagrada que haveria de ser construída em meio às belezas douradas da Eternidade. A “Serra da Prata” igualmente serviu como mito que conduziu Martim Afonso de Souza à colonização do litoral sul do Brasil, porque então dali partiram os conquistadores ao interior, em busca dos cimos dourados.

O Romantismo foi exatamente a identificação do homem oitocentista com os locais de sua origem. Se antes o mito da cidade sagrada se encontrava fora dos limites da pátria natal, depois esta passou a prevalecer como perspectiva ideal. O que Pedro II encontrou como situação e oposição, todo o multifacetado jogo político a que ele teve de harmonizar, não era nada além das reivindicações da terra a surgirem por todos os lados. É o momento onde o Brasil passa a ter uma população de sedentários, em nítido contraste com a Colônia.

Assim como o Iluminismo precedeu o Romantismo, o Modernismo brasileiro foi o precursor do Regionalismo. O Modernismo foi, na literatura, o último movimento onde se expressaram diretamente as ideias do Iluminismo, nele encerrando sua imensa zona de influência e que teve o regionalismo de Jorge Amado e Guimarães Rosa como seu corolário. Os críticos e teóricos da literatura podem afirmar que GR não pertence exatamente ao movimento regionalista. Diversas vezes procuram colocá-lo como um gênio isolado, avesso às influências exteriores. É certo que sua prosa é única em sua época. Como também pode ser atribuído o mesmo adjetivo a qualquer outro grande escritor do período. Sua singularidade está antes no local de onde é produzida a sua escrita, os sertões mineiros, talvez mais obscuro por ser o contraste da grande Minas dos coronéis, dos políticos ilustres, do ouro e da religiosidade triunfante. Quanto a sua figura imponente de diplomata, poliglota e erudito, nada tradicionalista, “europeu”, os Gerais poderiam nos proporcionar desde a revolta

ilustrada chamada Inconfidência e a distinção e inteligência tantas vezes autoatribuídas por JK ou Tancredo Neves.

As manifestações autóctones do século XX (as que começam, no máximo, na virada deste século), o regionalismo expresso na cultura, primeiro na literatura e depois na música com o fluxo migratório para os centros urbanos, nada mais são do que o corolário do Romantismo do século passado, sua emanção alcançando os rincões do país e de caráter ainda mais popular, sem líderes ilustres ou amoedados a projetar suas aspirações nas lutas populares. O Modernismo foi urbano, paulista, centralizador – dos poetas “iluminados” como os Andrades. Com o regionalismo conhecemos os limites de nossa pátria.

No que consistiu, finalmente, a luta armada nos sertões mineiros na primeira metade do século XX? Medeiro Vaz, chefe dos jagunços, se desfaz de todos os seus bens, inclusive os sentimentais, ao descaracterizar a sepultura de seus parentes, e reúne um grupo de homens para acabar com a desordem nos Gerais. No romance, o assalto à cidade de São Francisco em 1896 é o relato de que em Minas os grupos armados bastante fortes antes até das primeiras décadas do século XX e do tempo de reinado de Lampião no nordeste. Quando este possuía todo o poder que já lhe atribuíram Medeiro Vaz com suas tropas corria o sertão para moralizá-lo. É nesse sentido que o estado mineiro precedeu o nordeste em relação às milícias rurais. As razões para essa afirmativa podem estar na interiorização mais recente no norte. Com a busca do ouro no centro-oeste os pequenos povoados mais cedo se fortaleceram, preludiando a situação que era, por exemplo, a da Itália no tempo de Maquiavel. De outro modo, devido às plantações costeiras e à produção voltada para o mercado externo, somente mais tarde se interiorizaram os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas etc.

Foi preciso, no nordeste, a entrada da força repressiva oficial para conter o cangaço; em Minas, segundo o relato de Guimarães Rosa, foram os próprios jagunços os responsáveis pela extinção do banditismo. O reinado dos jagunços mineiros não teve todo

o esplendor ou causaram todo o choque que as tropas de Lampião e Corisco lançaram no sertão. Mais afastados das zonas produtoras de riquezas do país, no caso a lavoura canavieira – longe também da produção aurífera, há muito extinta –, o declínio da jagunçagem ocorreu perto ou simultaneamente ao período dourado do cangaceirismo.

Os Sertões se dividem em dois grupos, o de Zé Bebelo, que é uma espécie de legalista do sertão, cujo sonho é acabar com a jagunçagem e ir para a capital colher os louros de seu feito elegendo-se deputado. Depois voltaria para suas terras e promoveria o bem estar social apoiado pelas tropas do governo e através das finanças do Estado. É como se Zé Bebelo fosse uma espécie de Maquiavel do sertão, onde somente um príncipe forte e respaldado em plenos poderes pudesse por fim à barbárie daquelas terras sem dono. O grupo encabeçado por Joca Ramiro e Medeiro Vaz, o qual depois da morte de ambos é liderado pelo protagonista, Riobaldo, está mais para John Locke e os contratualistas da época das Luzes. Riobaldo estabelece um governo de consenso entre os sertanejos, respeitando-se as liberdades individuais de cada um em tempos de paz. Se necessária a guerra, arregimentaria tropas, também por consenso geral, pela necessidade de se manter o estado a que todos passaram a gozar depois de sua vitória.

São significativas em relação a essa filosofia as primeiras páginas do romance, onde despontam tiros, mas não de homens. Logo depois, Riobaldo enumera seus companheiros que vivem em terras próximas, alguns que moram em terras distantes, e conta como todos estariam prontos para pegarem em armas – muitos desses são seus antigos companheiros jagunços – caso a desordem tente voltar a reinar no sertão. Também se percebe como todos vivem em relativa paz, livres do banditismo dos últimos anos, e como os mesmos têm, no máximo, uma relação “protocolar” ou “diplomática” com os homens da capital, como é o caso do Doutor, cuja conversa com o ex-jagunço percorre todo o romance. Finalmente, o governo é feito entre o consenso das gentes, dos sertanejos, a despeito de qualquer medida centralizadora implementada pelo Estado.

O romance na história

O filósofo francês Gilles Deleuze junto ao psicanalista Félix Guattari parecem ter captado tal movimentação global e dedicam partes importantes de sua principal obra, o *Anti-Édipo*, para tal discussão. Não é uma obra tão “engajada” como pode parecer, mas é uma análise filosófica, psicológica e social que capta como nenhuma outra os rumos de nosso tempo. Edward Said, no seu *Cultura e Imperialismo*, fez breve e excelente interpretação do platô “Nomadologia”, que trata exatamente da “máquina de guerra nômade” e seus efeitos em todos os ramos do conhecimento e do poder humanos.

O capítulo intitulado “Traité de nomadologie: La machine de guerre”, baseia-se na obra de Virílio e estende suas idéias sobre o movimento e o espaço num estudo altamente excêntrico de uma máquina de guerra itinerante. Esse tratado profundamente original apresenta uma metáfora sobre uma espécie disciplinada de mobilidade intelectual numa era de institucionalização, arregimentação e cooptação. A máquina de guerra, dizem Deleuze e Guattari, pode ser identificada com os poderes militares do Estado – mas como ele é fundamentalmente uma entidade separada, não é necessário que o seja, da mesma forma que as perambulações nômade do espírito nem sempre precisam ser posta a serviço das instituições. A origem da força da máquina de guerra nômade não está apenas em sua liberdade nômade, mas também em sua metalurgia – que os autores comparam à arte de composição musical –, que forja os materiais, moldados “para além das formas separadas; [essa metalurgia, tal como a música] acentua o desenvolvimento contínuo da própria forma, e para além dos materiais individualmente diferentes, ela acentua a variação contínua dentro da matéria”. Precisão, concretude, continuidade, forma – todas elas possuem os atributos de uma

prática nômade cujo poder, diz Virilio, é não agressivo e sim transgressivo. (Said, 1995, p. 406 – 407).

Segundo os autores, o Estado possui uma violência que não passa pela guerra, ao contratar policiais e não guerreiros, ou adquire uma força armada, mas que pressupõe uma organização jurídica da guerra e uma organização da função militar. A máquina de guerra não funciona por tratados, mas por traições. “Il serait plutôt comme la multiplicité pure et sans mesure, la meute, irruption de l'éphémère et puissance de la métamorphose” (Deleuze e Guattari, 1980, p. 435). Hobbes diz ser o Estado contra a guerra e a guerra contra o Estado. Caso não concluirmos que a guerra é um estado natural, ela seria, ao contrário, um modo de estado social que conjura e impede a formação estatal. Segundo Pierre Clastres, a guerra impede as alianças, as trocas comerciais, ou seja, impede o “fator” Estado, impede a fusão de grupos. A partir desse ponto de vista, é impossível enxergar uma continuidade, uma evolução que levaria as sociedades primitivas chegarem à complexidade estatal. As sociedades primitivas e o Estado são polos distintos e irreduzíveis.

Em nossa exposição que se pretende sumária, definiremos de uma vez o que os autores entendem como nomadologia a partir da fórmula que os mesmos usam de Clausewitz, na qual “a guerra é a continuação por outros meios das relações políticas”. É claro que guerra, no texto que ora analisamos, não se reduz aos campos de batalha, sendo toda a disputa científica, social, econômica etc., ou seja, existe toda uma relação que se emprega na relação entre o Estado e os mecanismos que formam seu exterior. A fórmula de Clausewitz não seria uma ideia pura que levaria a um aniquilamento abstrato do adversário. Ela teria a guerra como objetivo e que entretém com a mesma uma “relação sintética potencial ou suplementar”.

Na nona e última proposição do texto, se afirma que “a guerra não necessariamente tem por objeto a batalha, e acima

de tudo a máquina de guerra não tem necessariamente por objeto a guerra, apesar de a guerra e a batalha assim resultar necessariamente (sob certas condições)". Portanto, seria a guerra ela mesma objeto da máquina de guerra? Ela é a invenção dos nômades, por sua essência ser constituída pelo espaço liso, da ocupação desse espaço, do deslocamento para esse espaço e para a correspondente composição dos homens: "c'est là son seul et véritable objet positif (*nomos*). Faire croître le désert, la steppe, non pas les dépeupler, bien au contraire" (Deleuze e Guattari, 1980, p. 519). Se a guerra acontece "necessariamente" é porque a máquina de guerra se choca com o Estado e as cidades, "como as forças (de estriagem) que se opõem ao objeto positivo". Assim começa a guerra, ao se procurar anular as forças do Estado, ao tentar consequentemente destruir a "forma-Estado".

O problema propriamente dito não seria da realização ou não da guerra, mas da apropriação da máquina de guerra nômade pelo Estado. Enquanto aquela possuir um "devir abstrato", procura perpetuar sua própria forma para além das inibições da estratificação social – como a história do bando de moleques de rua e sua vida livre e carregada de poesia em os *Capitães de Areia*, de Jorge Amado –, este (o Estado) procura se apropriar dos mecanismos fluídos do nomadismo a fim de que ele trabalhe para si, para seus objetivos políticos, os quais consequentemente aparecem como forma de guerra. É interessante o conceito de Deleuze e Guattari sobre a guerra total praticada pelos Estados e sua gênese na apropriação da máquina de guerra:

La question donc moins celle de la réalisation de la guerre que de l'appropriation de la machine de guerre. C'est en même temps que l'appareil d'Etat s'approprie la machine de guerre, la subordonne à des buts "politiques", et lui donne pour objet direct la guerre. Et c'est une même tendance historique qui entraîne les Etats à évoluer d'un triple point de vue: passer des figures d'encastrement à des formes d'appropriation proprement dite, passer de la guerre

limitée à la guerre dite totale, et transformer le rapport du but et de l'objet. Or les facteurs qui font de la guerre d'Etat une guerre totale sont étroitement liés au capitalisme: il s'agit de l'investissement du capital constant en matériel, industrie et économie de guerre, et de l'investissement du capital variable en population physique et morale (à la fois comme faisant la guerre, et la subissant). En effet, la guerre totale n'est pas seulement une guerre d'anéantissement, mais surgit lorsque l'anéantissement prend pour "centre" non plus seulement l'armée ennemie, ni l'Etat ennemi, mais la population tout entière et son économie. Que ce double investissement ne puisse se faire que dans les conditions préables de la guerre limitée montre le caractère irrésistible de la tendance capitaliste à développer la guerre totale. Il est donc vrai que la guerre totale reste subordonnée à des buts politiques d'Etat et réalise seulement le maximum des conditions de l'appropriation de la machine de guerre par l'appareil d'Etat. Mais il est vrai aussi que, lorsque l'objet de la machine de guerre appropriée devient guerre totale, à ce niveau d'un ensemble de toutes les conditions, l'objet et le but entrent dans ce nouveaux rapports qui peuvent aller jusqu'à la contradiction. D'où l'hésitation de Clausewitz quand il montre tantôt qu'elle à effectuer l'Idée de la guerre inconditionnée. En effet, le but reste essentiellement politique et déterminé comme tel par l'Etat, mais l'objet même est devenu illimité. On dirait que l'appropriation s'est retournée, ou plutôt que les Etats tendent à relâcher, à reconstituer une immense machine de guerre dont ils ne sont plus que les parties, opposables ou apposées. Cette machine de guerre mondiale, qui "ressort" en quelque sorte des Etats, présent deux figures successives: d'abord celle du fascisme qui fait de la guerre un mouvement illimité qui n'a plus d'autre but lui-même; mais le fascisme n'est qu'une ébauche, et la figure

post-fasciste est celle d'une machine de guerre qui prend directement la paix pour objet, comme paix de la Terreur ou de la Survie. La machine de guerre reforme un espace lise qui prétend maintenant contrôler, entourer toute la terre. La guerre totale est elle-même dépassée, vers une forme de paix plus terrifiant encore. La machine de guerre a pris sur soi le but, l'ordre mondial, et les Etats ne sont plus que des objets ou des moyens appropriés à cette nouvelle machine. C'est là que la formule de Clausewitz se retourne effectivement; car, pour pouvoir dire que la politique est la continuation de la guerre avec d'autres moyens, il ne suffit pas d'inverser les mots comme si l'on pouvait les prononcer dans un sens ou dans l'autre; il faut suivre le mouvement réel à l'issue duquel les Etats, s'étant appropriés une machine de guerre, et l'ayant approprié à leurs buts, redonnent une machine de guerre qui se charge du but, s'approprie les états et assume de plus en plus de fonctions politiques (Deleuze e Guattari, 1990, p. 524 - 525).

A guerra total promovida pelo Estado é, nos dias atuais, a guerra do Afeganistão e do Iraque, os dois exemplos mais notáveis. Sem nenhuma base na realidade, cooptando os meios de comunicação (três ou quatro que são os maiores do mundo e que, portanto, têm suas notícias ecoadas por todas as partes sem possibilidade, a priori, de maiores averiguações), criam factoides para continuar a construir civilizações à base da rapina. A apropriação da máquina de guerra pelo Estado é a guerra do Paraguai cooptando escravos e os escalões inferiores da sociedade para defender um expansionismo despótico e é também encarnada nos cientistas nazistas, sendo que cada um fazia uma parte minúscula de uma pesquisa bem mais ampla e que no fim daria como resultado a bomba atômica, muito bem barganhada pelos EUA através dos serviços de Robert Oppenheimer.

A apropriação da máquina de guerra nômade pelo Estado é atestada no caso brasileiro durante a formação da Marinha

Imperial. A historiografia acostumou-se a tachar simplesmente de mercenários os capitães ingleses que dominaram as revoltas no Pará, Maranhão e Bahia após a Proclamação da Independência. Um estudo independente dos cânones, feito por Nélio Galsky (sua tese de mestrado), na UFF, vem clarear um pouco as origens de nossa Marinha e, por contraste, a de seu fundador nativo, Tamandaré. Vamos a uma pequena biografia do Almirante Cochrane, antes de se engajar nas lutas brasileiras, escrita por Nélio:

De origem aristocrática, herói das Guerras Napoleônicas, ele se transformaria rapidamente em crítico do almirantado britânico. Depois de acusar alguns superiores de covardia, discutiria a lisura dos tribunais de presas, e principalmente, investiria contra as condições desumanas impostas aos marinheiros. Em uma época em que o recrutamento forçado ainda era a tônica nas Marinhas européias, ele atacaria a falta de alimentação adequada nos navios, de recursos médicos, e a ausência de pensão no caso de incapacidade dos feridos. Suas críticas à corrupção nos altos escalões da Royal Navy o aproximariam dos radicais da política britânica, ao mesmo tempo em que lhe criariam inimizades em vários setores da elite. Eleito para o Parlamento em 1807, ele defenderia várias posturas do jacobinismo inglês, como a ampliação do sufrágio universal. Porém uma questão mostraria os limites do seu radicalismo: a cada vez que um dos seus colegas pedia a retirada das tropas que lutavam na Espanha. Cochrane retirava-se da sala e não participava dos trabalhos parlamentares. Lutar contra a corrupção na Marinha e pela melhoria das condições de vida dos marinheiros era uma coisa, lutar pelo término da guerra, que representaria o fim das possibilidades de apresamento de barcos e cargos, era outra. Em 1814, foi expulso do Parlamento, em consequência de um escândalo na Bolsa de Valores: um coronel,

conhecido de Cochrane, espalhou o boato da morte de Napoleão. A notícia era falsa, mas fez com que houvesse uma alta súbita das ações, beneficiando certo número de investidores, entre os quais estava o próprio Almirante. Embora tenha protestado inocência e atribuído seu envolvimento no escândalo a uma conspiração política dos seus inimigos conservadores, ele perderia todas as suas condecorações e títulos. Após 1818, o Almirante deixaria a Inglaterra e dedicaria a sua energia e coragem à criação e/ou liderança das forças navais do Chile, Peru, Brasil e Grécia (Galsky, 2006, p. 16 – 17).

Continuando seu estudo, o autor nos narra que o curso servia como forma de sobrevivência ou uma espécie de fonte de renda dos oficiais da marinha britânica durante a época moderna, já que não se havia instituído no país a racionalização da administração estatal, fruto, entre outros motivos, das guerras napoleônicas, as quais fizeram as monarquias europeias aparelharem seus mecanismos de poder com uma força armada forte, numerosa e de alistamento compulsório. A perda da lealdade ao capitão em favor da lealdade ao Estado é o corolário desse movimento, tornando anacrônica a cumplicidade entre os oficiais e seus subordinados provocadora do curso, da “pirataria oficial” realizada até então.

Os meios de coesão entre os integrantes das esquadras britânicas mudam de feição à chegada da burocratização cada vez maior do Estado surgido após as revoltas e revoluções que marcam o fim da Era Moderna. O fim do curso também é consequência da introdução dos navios a vapor nas navegações de grande distância e a resistência à profissionalização da *Royal Navy* pode ser imputada à mentalidade independente dos nascidos na Bretanha, que se outorgavam o direito de servir aos países que falavam mais próximo às suas concepções de deveres de oficial.

Cochrane, depois de sair vencedor nas guerras brasileiras e ao nomeado Marquês do Maranhão, iria enfrentar graves

empecilhos para reaver as terras e o dinheiro que achava em seu direito após as conquistas realizadas. Grenfell, o qual mais tarde se tornou o mais prestigiado marinheiro estrangeiro a serviço do Império, por seu lado, além dos problemas relativos às presas (situação quase cotidiana enfrentada por esses comandantes e seus tripulados), foi também protagonista quando ainda possuía 26 anos e comandava a frota de Cochrane na pacificação do Pará de um dos episódios mais obscuros da reconquista das terras brasileiras por eles promovida. Além de ter executado, aparentemente de forma aleatória, cinco revoltosos da situação política no Pará, teve em seu navio uma rebelião de presos cujo final resultou na morte de praticamente todos que lá estavam condicionados, ou seja, mais de duzentas pessoas. Não se sabe ainda hoje com plena certeza como o tumulto se iniciou e muito menos a causa de um desfecho tão trágico. O comandante fez sua defesa, mas levou a fama, apesar de não ter levado a pena (que não conseguiu ser provada) pelo massacre.

Não queremos aqui um julgamento pessoal desse ou daquele herói. A Marinha ou os historiadores dos feitos militares é que carregam a responsabilidade sobre tais discussões. Queremos posicionar as frotas de Lord Cochrane dentro da perspectiva da apropriação da máquina de guerra nômade pelo aparelho de Estado e da grave importância do militarismo frente à desagregação do país promovida principalmente pelas Cortes de Lisboa.

Guattari e Deleuze expõem o aspecto negativo da cooptação de elementos exteriores ao Estado. Invertendo a lógica dos autores franceses e tendo à frente a importância de uma Independência que manteve o Brasil senhor de todos seus territórios, de todas suas riquezas, sem maiores derramamentos de sangue (pois estes existiram e saltam aos olhos de quem os estuda, apesar de relativamente menor do que se as Províncias, instigadas por forças externas, quase todas se insurgissem), poderemos entender o poder nômade capturado pelo Estado como fundamental para a união nacional. Os oficiais britânicos que por aqui passaram,

todos eles pertencentes à “velha escola” naval de seus países e como tal relegados a segundo plano, erravam pela América do Sul, ajudando nas guerras de independência de nações ora aqui ora lá.

O aparelho de Estado, no caso brasileiro, admitindo esses guerrilheiros em seus quadros oficiais através da criação por José Bonifácio da Marinha Imperial, promove uma “guerra total” contra as Províncias aliadas a Lisboa desprezando a organização da guerra que cada vez se tornava maior, em grande parte, depois que passaram pelo Velho Continente as tropas arregimentadas pelo gênio militar de Napoleão. O fator surpresa, assim como a mentira pura e descarada (a traição, nas palavras dos teóricos de França), foram os motores desses combates, como na conquista da maior província brasileira, a do Grão-Pará, por Grenfell, um oficial de apenas vinte e três e que chefiara somente uma expedição anteriormente – e de muito menor importância, a de busca e captura de fragatas no litoral da América Central. Chegara com uma carta de Cochraine que o mesmo e sua esquadra estavam realizando uma operação na foz do Amazonas e não tardariam.

A realidade é que Cochraine partira após os sucessos no Maranhão para o Rio de Janeiro a fim de agilizar questões relativas aos apresamentos realizados no norte. Com a bravata, a adesão dos paraenses ao Império de D. Pedro não tardou, apesar dos problemas que surgiram posteriormente, resolvidos ainda sim por um comandante jovem e sem grande habilidade política, mas com indomável coragem.

É interessante nesse momento de nosso trabalho colocar um fator de condicionalidade ao que ocorreu factualmente. Quero problematizar o ocorrido. Cochraine herdou extensas e numerosas terras no Maranhão, assim como boa parte da riqueza lá produzida. O que levou de fato do governo brasileiro, diz o Almirante, foi muito aquém do que se julgava merecedor. Qual seria o destino do lord caso quisesse entrar em guerra franca com as autoridades nacionais, se instalasse no Maranhão com seu

poder que fazia temer aos habitantes daquela terra e se tornasse, sem sombra de dúvida, um verdadeiro Marquês do Maranhão (título realmente concedido a ele pelo imperador)? A resposta para tal pergunta, claro, só saberíamos com plena certeza caso tal fato se materializasse em nosso horizonte histórico. Por outro lado, não seria difícil prever as dificuldades que iria encontrar o nobre saxão, principalmente se aspirasse a se tornar uma espécie de Garcia D'Ávila com sua Casa da Torre.

A morte, por que não, poderia ser seu fim. Caso transformasse o temor dos provincianos em amor, talvez tivéssemos um território dividido dentro do conjunto nacional. Um estrangeiro, dado o preconceito e as reservas dos homens da época a esse tipo de elemento com alguma espécie de poder, teria contra si os meios oficiais de repressão e intrigas gigantescas sem maiores esforços poderiam surgir. E o lord deveria tocar mais uma vez os clarins da guerra, só que agora em total contradição com sua luta inicial, a de manter íntegro o Brasil. A fuga, o exílio do Almirante, sem sombra de dúvidas foi a melhor escolha que poderia fazer. Tal figura não viveria pacificamente num Estado que lutava com todas as forças para encontrar sua própria identidade.

A realidade do exílio – voltando ao grande tema que ora estudamos –, a ficção de Guimarães Rosa, qual seria seu corolário na realidade plena, a da vida, tal como vemos até aqui, onde o romance em muito prefigura os acontecimentos nacionais pré-64? Jango, acredito ser a resposta correta. A realidade da máquina de guerra nômade mais uma vez se inverte ao defrontarmos-la com a história brasileira. O conceito de nomadologia se insere não exatamente em grupos que se formam às margens da sociedade ou se desenvolvem como as grandes empresas globais em seu centro, mas que guardam certa independência da regulação dos mecanismos estatais. No caso da república brasileira pré-64 existe um governo cuja representatividade está nos movimentos sociais – incipientes à

época se comparados aos de hoje –, fundamentalmente inserido na questão trabalhista, que vai de encontro à tradição do oligopólio dos plantadores de café que sustentaram o Império e financiaram o início de nossa vida republicana.

Jango, com uma aprovação popular de 47% meses antes do golpe, pode ser considerado um político bem aceito pela sociedade como um todo, devido tanto ao seu pouco tempo na chefia do Estado, como também à ausência de canais amplos que promovessem seu governo, tal como hoje fazem a mídia partidária da tradição direitista ou como Getúlio fez para se autopromover. Tudo isso excluindo os graves conflitos que o presidente teve de enfrentar devido à tentativa de golpe de Jânio Quadros, gerando um quadro político de grande instabilidade e da insistência das Forças Armadas e das alas conservadoras do país em impedir sua posse como vice-presidente eleito.

A falta de representatividade do presidente, com os movimentos sociais pouco ramificados dentro da sociedade; os conflitos dentro dos mesmos, muitas vezes instigados por agentes exteriores neles infiltrados; a herança conservadora de nossa política desde a colonização pelo elemento português junto à marcha conservadora a fim de dar legitimidade ao golpe, levantando a bandeira de Deus e da Família, minaram as forças da política desenvolvimentista, trabalhista e autóctone que lutava por se implantar em nosso país. Tivemos a posse da presidência pelo vice-presidente eleito feito dentro dos ditames legais, mas o mesmo não obteve êxito em se legitimar como dirigente nacional. Tivemos um caso em que os elementos oriundos dos extratos marginais ao Estado, os trabalhistas, chegaram ao poder. A máquina de guerra nômade se apossou do aparelho de Estado.

Como Cochraine, Jango buscou dominar o Brasil, mas não através das armas. O plano ideal buscado por ele foi o de fazer comícios como o da Central do Brasil por todo o país, e assim conseguir o apoio popular que lhe faltava à época. Percorreria a nação, utilizando seus poderes como dirigente máximo da pátria, e espalharia, como numa cruzada, as ideias que ele e sua

base defendiam, através de um Brasil ainda deveras provinciano, no qual os acontecimentos políticos ocorridos no centro-sul pouco ou nada interessavam ao restante do país. Ao contrário de 64, a mobilização popular nas eleições de 2010 representou grande avanço na consciência política nacional, contra uma campanha do ódio e do preconceito, os velhos trunfos da velhacaria udenista. Jango não teve tempo nem meios para conquistar o povo como um todo.

Como representante de um poder nômade, alheio às estruturas sedimentadas do conservadorismo político que dava seu golpe máximo naqueles anos, teve por bem evitar a guerra civil e procurar o exílio no Uruguai. As forças que se movem paralelas à sociedade tradicional não necessariamente têm a guerra como objetivo na conquista de seus ideais. Cochraine voltou à Inglaterra; Jango partiu para o Uruguai. O exílio como opção foi a saída justa para não comprometer de maneira irreparável a coesão nacional.

Como Guimarães Rosa resolveu tal conflito entre poderes extremamente opostos em sua ficção? A oposição representada por seu personagem Zé Bebelo, centralista e se preciso cruel, como os príncipes idealizados por Maquiavel, contra a contratualidade entre a população e os líderes jagunços proposta pelo bando iniciado por Medeiro Vaz – o jagunço que busca pacificar o sertão –, é o sinal, na realidade política brasileira, de uma possível união, não perene, mas de conjectura, entre a esquerda e a direita moderadas. Tanto é uma posição de situação que Zé Bebelo é líder dos jagunços enquanto não possuíam um líder de fato. Após a emergência de Riobaldo como chefe, Zé Bebelo volta a Goiás e não mais aparece.

Talvez em nossa realidade institucional pré-64 não houve situações pertinentes para tal união. Após o golpe, sim, apesar da coalizão de forças não ter saído vitoriosa. O fato é que o exílio proposto por Guimarães Rosa não é sua exclusão das relações diretas com o poder estabelecido. Seu diálogo durante todo

o romance com a figura do Doutor é exemplo disso. Realmente, não vemos em sua prosa a questão do exílio como tal, mas é concreta sua posição de independência frente aos símbolos considerados sagrados pela sociedade de então. A vitória do jagunço Riobaldo e de seu bando, a pacificação do sertão mineiro com o fim do banditismo, são uma espécie (talvez falando vulgarmente) de “destino manifesto” para as forças populares que chegaram a alguma espécie de poder ou de independência frente ao Estado, através de lutas internas e de acordos mútuos. É a sabedoria de Lord Cochraine em não reivindicar como um todo o que achava legítimo para si após suas conquistas e a sabedoria de João Goulart ao não fomentar a guerra civil e dividir o país, como parece ter havido essa movimentação nos bastidores da política norte-americana a partir do domínio (político e econômico, não militar) do estado de Minas Gerais.

A “máquina de guerra nômade”, o conceito criado pelo psicanalista Félix Guattari e pelo filósofo Gilles Deleuze, não é nada além do que as forças exteriores, as quais vivem paralelamente ao Estado e que em relação a sua órbita transitam em um movimento por este considerado excêntrico. Podem partir como uma Idéia Pura (conceito de Deleuze), ou seja, algo absolutamente desvinculado dos poderes oficiais; ou podem tanto ser cooptados por esses mesmos poderes, mas não com o fim de uma guerra total (o simples dualismo que os autores por vezes insistem em cair) e sim de promover, através dos mecanismos legais, o bem comum. Podem, de outra forma, estar mesmo dentro do centro de poder, porém sem o consenso geral (ausência que pode ter inúmeras causas), se tornando um movimento exterior ao próprio aparelho que administram (o caso de Jango). Não nos esquecendo da guerra sertaneja narrada por Guimarães Rosa, a qual se encaixa melhor na primeira opção, se bem que sem maiores conflitos (a não ser a ida eventual das tropas do governo nos sertões) com o Estado.

O romance de Guimarães Rosa é um “destino manifesto” de nossa independência no sentido em que propõe um contrato civil entre o povo e suas lideranças, quando nos mostra uma união altamente livre e democrática já no início de seu romance ao relatar que, caso houvesse necessidade de guerra, mesmo Riobaldo não sendo o senhor do sertão, teria amplas condições de se reunir a quantos sertanejos fossem necessários para não trazer novamente a desordem para o lugar onde vivem. É a diplomacia do embaixador da causa de Zé Bebelo em seu julgamento pelos jagunços inimigos: quieto, confiante, pacífico e fundamental no desfecho para uma sentença justa. É a negociação que prevê imagens edênicas (Diadorim), mas abraça a realidade dada com toda sua beleza (seu casamento com Otacília), não se calcando pelo remorso odiento, fermentador de disputas e conflitos. Acima de tudo, é representação de um povo que através de sua história mais e mais vai tomando consciência de si e de sua integração na comunidade nacional como um todo e que por movimentos independentes dos poderes oficiais reúne-se pelo pacto mútuo para atingir os objetivos prementes que sua situação social lhes sugere.

Bibliografia

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie 2 – Mille plateaux. 1*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

GALKY, N. *Mercenários ou libertários: as motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

11121

Guimarães Rosa e a Nomadologia:...

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.